

**BAHEMA S.A.**

CNPJ/MF nº 45.987.245/0001-92

NIRE 35.300.185.366

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2017**

- Data, Hora e Local:** No dia 28 de abril de 2017, às 09h30, na sede social da Bahema S.A. (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.369, 8º andar, conjunto 812 a 815, Jardim Paulistano, CEP 01452-000.
- Convocação:** O edital de convocação foi publicado no Diário Oficial de São Paulo, nas edições dos dias 28, 29 e 30 de março de 2017, respectivamente nas páginas 223, 199 e 190, e no Jornal O Dia, nas edições dos dias 28, 29 e 30 de março de 2017, respectivamente nas páginas 22, 16 e 11.
- Presença:** Presentes acionistas representando 448.853 ações ordinárias totalizando 74,34% (setenta e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) das ações com direito a voto de emissão da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença dos Acionistas, constatando-se, dessa forma, a existência de quórum de instalação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 1ª Convocação e de deliberação das matérias constantes da ordem do dia. Também estiveram presentes, em atendimento ao disposto na Lei nº 6.404/76, artigo 134, parágrafo 1º, os representantes da administração, Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho, Diretor Superintendente e de Relações com Investidores, e Frederico Marques Affonso Ferreira, Diretor Presidente; e o representante dos auditores independentes, Sr. Regis Eduardo Baptista dos Santos CRC SP-255954/O-0, da Grant Thornton.
- Documentos da Administração:** O relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos, as demonstrações financeiras consolidadas e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foram publicados no dia 28 de março de 2017 no Diário Oficial de São Paulo, às páginas 188, 189, 190 e 191; e no Jornal O Dia, às páginas 15 e 16. Foram transmitidos via IPE à CVM e à BM&FBovespa, bem como disponibilizados na página da Companhia na rede mundial de computadores, os documentos exigidos nas Instruções CVM nº 480/09 e 481/09.

4.1. **Aviso aos Acionistas.** A Companhia está dispensada de enviar à CVM por meio eletrônico a comunicação de que trata o Artigo 133 da Lei 6.404/76 (Aviso aos Acionistas), bem como de sua publicação, em razão dos documentos elencados no referido dispositivo legal terem sido publicados até 1 (um) mês antes da data marcada para a realização da AGO, nos termos do parágrafo 5º Artigo 133 da Lei 6.404/76 e do parágrafo 5º Artigo 21 da Instrução CVM nº480/09.

5. **Mesa:** Presidente: Frederico Marques Affonso Ferreira; Secretário: Guilherme Affonso Ferreira Filho, escolhido pelos presentes.

6. **Ordem do Dia:**

6.1. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **(ii)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos.

6.2. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **(i)** ratificar a aprovação dada pelo Conselho de Administração, em reunião do dia 14 de fevereiro de 2017, à realização do investimento proposto pelos diretores da Companhia nos termos do plano apresentado na referida reunião; **(ii)** promover nova eleição do Conselho de Administração, definindo o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos e elegendo-os; **(iii)** fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício de 2017; e **(iv)** analisar e votar a proposta da Administração para a alteração do estatuto social da Companhia, a fim de modificar a redação dos seguintes dispositivos: **(a)** Art. 10º, de modo a prever o novo valor do capital autorizado; **(b)** Arts. 15º e 16º, para modificar as regras de convocação e os quóruns de instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia; **(c)** Art. 17º, de modo a incluir como competência do Conselho de Administração, dentro dos limites do capital autorizado, deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações, nos termos do § 2º do artigo 59 da Lei nº 6.404/76.

7. **Deliberações Tomadas:** Instalada a reunião, colocadas em votação as matérias constantes da ordem do dia, foram tomadas as seguintes deliberações:

## 7.1. Deliberações tomadas em sede de Assembleia Geral Ordinária:

7.1.1 Aprovação das Contas. Após exame e discussão, foram aprovadas, por unanimidade, com 314.975 votos a favor, nenhum voto contrário e 133.878 abstenções, inclusive com abstenção dos legalmente impedidos, as contas dos administradores, o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

7.1.2 Destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos. Foi deliberado, por unanimidade, com 448.853 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, para o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 1.631.866,06 (um milhão, seiscentos e trinta e um mil, oitocentos e sessenta e seis reais e seis centavos), a seguinte destinação:

i) Constituição de reserva legal no valor de R\$ 81.593,30 (oitenta e um mil, quinhentos e noventa e três reais e trinta centavos);

ii) Distribuição de dividendo no valor total de R\$ 387.568,19 (trezentos e oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos) equivalentes a R\$ 0,6419 (seis mil, quatrocentos e dezenove décimos de milésimos de real) por ação de emissão da Companhia, já computado o dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos serão calculados com base na posição acionária de 12 de maio de 2017, as ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 15 de maio de 2017. Fica consignado que os acionistas aprovaram que o pagamento dos dividendos será realizado até 31 de dezembro de 2017, nos termos do § 3º, do artigo 205 da Lei nº 6.404/76; e

iii) Constituição de reserva estatutária de investimentos no valor de R\$ 1.162.704,57 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, setecentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

## 7.2 Deliberações tomadas em sede de Assembleia Geral Extraordinária:

7.2.1 Ratificação da aprovação dada pelo Conselho de Administração, em reunião do dia 14 de fevereiro de 2017: do investimento proposto pelos diretores da Companhia nos termos do plano apresentado na referida reunião. A proposta de investimento e o laudo de avaliação requeridos no art. 256 da Lei 6.404/67 foram

apresentados aos acionistas nos termos dos documentos que acompanharam as propostas da administração da Companhia para esta AGE.

A representante da acionista da FUNCEF pediu em questão de ordem a retirada de pauta deste item.

A questão de ordem, por maioria, com 328.199 votos a contra, 120.654 votos a favor e nenhuma abstenção, foi rejeitada.

Passou-se à deliberação da ratificação. Após exame e discussão, a matéria foi aprovada, por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção.

7.2.2 Definição do número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos e eleição. O estatuto social da Companhia estabelece um número mínimo de 3 (três) e um número máximo de 10 (dez) membros para o Conselho de Administração. Em deliberação havida em 29 de abril de 2016, definiu-se serem 4 (quatro) o número de membros do Conselho. A administração propôs ampliar o número de membros para 5 (cinco), e promover nova eleição para preencher tais assentos.

Os acionistas presentes deliberaram, por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção, realizar nova eleição para o Conselho de Administração da Companhia.

Os acionistas presentes deliberaram, por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção, definir como 5 (cinco) o número de membros titulares e respectivos suplentes a serem eleitos para o Conselho de Administração da Companhia.

Na sequência, deliberou-se por preencher os assentos no Conselho, elegendo os novos Conselheiros. Como questão de ordem, a Mesa solicitou que a Assembleia ratificasse o entendimento de que se trataria de nova eleição, e o mandato dos Conselheiros eleitos seria de 3 (três) anos nos termos do art. 14 do Estatuto da Companhia. Por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção, esse entendimento foi ratificado.

Procedeu-se então com a eleição do Conselho. Não houve candidaturas dos representantes dos acionistas minoritários. Por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção, foram eleitos como membros do Conselho de Administração da Companhia as seguintes pessoas:

i) como membro titular, Sr. Afranio Affonso Ferreira Neto, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 12.239.982-1 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 130.317.588-62, domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 888 – 5º Andar – Jd. Europa – SP – CEP: 01455-000; como suplente, Sr. Guilherme Affonso Ferreira, brasileiro, separado judicialmente, empresário, portador da cédula de identidade RG Nº 4.405.163 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 762.604.298-00, com escritório no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2369, cj. 807/811, CEP 01452-000;

ii) como membro titular, Sr. Joaquim Elói Cirne de Toledo, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 4.556.910 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 591.924.618-91, domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, 371 – 8º andar, Centro CEP 01301-000; como suplente, Sr. Guilherme Affonso Ferreira Filho, brasileiro, separado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 43.740.285-X (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 353.147.828-12, com escritório no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2369, cj. 812/815, CEP 01452-000;

iii) como membro titular, Sra. Rosana Verônica Laxon Ferreira, inglesa, casada, educadora, portadora da cédula de identidade RNE nº W02978/05, inscrita no CPF/MF sob o nº.627.142.015-04, domiciliada no Município de Salvador, Estado da Bahia, na Rua Bicuiba, 1.412, Ap. 1901 – Patamares, CEP 41.680-050; como suplente, Sra. Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi, brasileira, casada, socióloga, portadora da cédula de identidade RG nº 3.285.040 (SSP-SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 526.375.148-68, domiciliada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Arruda Botelho, 262, Alto Pinheiros CEP 05466-000;

iv) como membro titular, Sra. Mariana Santa Barbara Vissirini, brasileira, união estável, economista, portadora da carteira de identidade sob o nº 12.907.775-6/ DIC-RJ e do CFP/MF sob o nº 096.566.157-19, residente e domiciliada na cidade de Brasília, Distrito Federal, à QI 04, Bloco H, Apartamento 212, Bairro Guara I, CEP 71010-082, e seu suplente o Sr. Gabriel Binder, brasileiro, divorciado, bancário, residente e domiciliado na Rua Ronald de Carvalho, 275, apto. 802, Copacabana, Rio de Janeiro, Estado do Rio de

Janeiro, CEP 22021-020, portador do documento de identidade RG nº 05340318-4 (IFP/RJ) e inscrito no CPF/MF sob o nº 618.584.557-15; e

v) como membro titular, Sr. Oswaldo Soares Lopes Filho, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da carteira de identidade sob o nº 03.504.577-2 e do CFP/MF sob o nº 495.587.657-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Jeronimo Monteiro 10, apt. 301 – Leblon, Cep: 22431-070, e sua suplente a Sra. Sonia Maria Barreira, brasileira, divorciada, empresária, portadora da carteira de identidade sob o nº 7.445.760-3 e do CFP/MF sob o nº 087.226.028-36, residente e domiciliada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Caxingui, nº 231, apto. 131 A, Butantã, CEP 05579-000.

Todos os membros do Conselho de Administração terão mandato de 3 (três) anos, portanto, até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2020.

De acordo com o disposto no §1º do art. 14 do estatuto social da Companhia, os membros do Conselho de Administração escolherão, em sua primeira reunião, o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia.

Posse e Desimpedimento. Os Conselheiros ora eleitos serão investidos em suas funções mediante assinatura dos respectivos termos de posse no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, conforme determina o artigo 149 da Lei nº 6.404/76, quando farão todas as declarações de desimpedimento exigidas pelo artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, os conselheiros ora eleitos assinarão a declaração prevista pela Instrução CVM nº 367/2002.

7.2.3 Remuneração dos administradores. Aprovada, por unanimidade dos votos válidos, com 314.975 votos a favor, nenhum voto contrário e 133.878 abstenções, inclusive com abstenção dos legalmente impedidos, a proposta da administração para fixação do montante global da remuneração dos administradores para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017, em até R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

7.2.4 Alteração do Estatuto Social. A representante da acionista da FUNCEF pediu em questão de ordem a retirada de pauta.

A questão de ordem, por maioria, com 328.199 votos a contra, 120.654 votos a favor e nenhuma abstenção, foi rejeitada.

Passou-se então à deliberação sobre as alterações ao estatuto social da Companhia.

Aprovada por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção, a proposta da Administração para a alteração do estatuto social da Companhia, a fim de modificar a redação dos seguintes dispositivos:

- (a) Art. 10º, de modo a prever o novo valor do capital autorizado; e
- (b) Arts. 15º e 16º, para modificar as regras de convocação e os quóruns de instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração da Companhia;

Foi proposta questão de ordem pelo representante do acionista Carlos Eduardo Affonso Ferreira para retirar de pauta a deliberação sobre modificação do art. 17º do estatuto social, solicitando estudos para aprovar linguagem para o artigo que preservasse o direito de preferência legal dos acionistas ordinários da Companhia nas emissões de debentures conversíveis. A questão de ordem, por unanimidade, com 448.853 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, foi aprovada e o item foi retirado de pauta.

Em vista das alterações aprovadas, os Arts. 10º, 15º e 16º do Estatuto Social da Companhia passarão a ter as seguintes redações:

*“Art. 10º - A companhia poderá aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).*

*(...)*

*Art. 15º - O Conselho de Administração será convocado a se reunir pelo Presidente do Conselho ou por no mínimo 2 (dois) de seus membros, mediante carta, fax ou e-mail, observando-se prazo de convocação de pelo menos 10 (dez) dias. A convocação deverá ser acompanhada de Ordem do Dia com as matérias a serem discutidas.*

*Instalação - Deliberação e Funcionamento*

*Art. 16º - O quórum de instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração será de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros”.*

Aprovada ainda, por maioria, com 328.199 votos a favor, 120.654 votos contrários e nenhuma abstenção, a consolidação do estatuto social da Companhia em virtude das alterações supra, conforme constante do Anexo I à esta ata.

#### 7.2.5 Providências finais.

Fica autorizada, por unanimidade dos acionistas presentes, com 448.853 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a lavratura da presente ata sob a forma de sumário e que sua publicação seja feita com a omissão das assinaturas dos acionistas, como faculta o artigo 130, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76.

Fica autorizada igualmente por unanimidade dos acionistas presentes, com 448.853 votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, a delegação de poderes à Diretoria da Companhia para implementar todos os atos necessários à efetivação das deliberações dos itens 7.1.1 a 7.2.5 acima.

O acionista Guilherme Affonso Ferreira solicitou que se consignasse em ata uma menção de louvor à administração em vista do trabalho realizado no sentido de criar valor para a companhia. O valor das ações teria mais que dobrado desde que a nova estratégia de investimento definida pela administração passou a ser implementada, o que seria um indicativo de reconhecimento pelo mercado do acerto da estratégia.

O Secretário da Assembleia solicitou que se consignasse também a informação de que o investimento em participação minoritária na Escola Parque do Rio de Janeiro, constante do plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, foi efetivado nos termos exigidos pela lei, lembrando que tal investimento é dispensado de aprovação prévia ou ratificação por assembleia de acionistas.

**8. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, o Presidente deu por encerrada a assembleia, da qual lavrou-se a presente ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. **Mesa:** Presidente: Frederico Marques Affonso Ferreira; **Secretário:** Guilherme Affonso Ferreira Filho.

Confere com a original lavrada em livro próprio.

São Paulo, 28 de abril de 2017.

Frederico Marques Affonso Ferreira

**Presidente da mesa**

Guilherme Affonso Ferreira Filho

**Secretário da mesa**

**ANEXO I da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária  
realizada em 28 de abril de 2017**

**Consolidação do Estatuto Social**

**BAHEMA S. A.  
CNPJ 45.987.245/0001-92**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I**

**Da Denominação - Sede - Objeto – Duração**

Art. 1º - Sob a denominação de BAHEMA S. A. opera a sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º - A sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo ser criadas e encerradas, quando as conveniências sociais o indicarem e observadas as exigências legais, filiais, escritórios, depósitos ou representações em quaisquer localidades do território nacional.

Art. 3º - A sociedade tem por objeto: a) participar de outras sociedades como acionista ou quotista; b) realizar pesquisas e elaborar estudos e projetos de investimentos, bem como a prestação de serviços e assessoria empresarial; c) administrar bens móveis e imóveis, próprios ou de terceiros, que independam de autorização governamental; d) desenvolver atividades ligadas à fabricação e à comercialização de máquinas, equipamentos, peças ou afins; e) importação e exportação de bens e serviços.

Art. 4º - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**CAPÍTULO II**

**Do Capital Social e das Ações**

Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 26.394.799,43 (vinte e seis milhões, trezentos e noventa e quatro mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), representado por 603.818 (seiscentas e três mil, oitocentas e dezoito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Art. 6º - As ações serão escriturais, obedecendo as disposições dos arts. 34 e 35 da Lei 6.404/76 e demais prescrições legais e regulamentares e serão mantidas em contas de depósito, em instituição financeira designada pela Diretoria, sem emissão de certificados.

§ Único - À instituição depositária das ações é facultada a cobrança de custo do serviço de transferência da propriedade das ações, observados os limites máximos legais.

## **AÇÕES - DIREITOS**

Art. 7º - Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a 1 (hum) voto nas Assembleias Gerais ou o direito ao voto múltiplo nos casos e na forma previstos na lei.

§ Único - As ações preferenciais, quando emitidas, não conferem direito a voto, salvo nas condições e hipóteses em que a lei determine em contrário.

Art. 8º - As ações da sociedade darão direito a dividendos mínimos anuais, não cumulativos, equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o art. 202 da Lei no 6.404 de 15.12.76.

Art. 9º - As ações preferenciais, quando emitidas, terão as seguintes vantagens: (a) prioridade no reembolso, sem prêmio; e (b) dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias.

## **AUMENTO DE CAPITAL**

Art.10º - A companhia poderá aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, até o valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

§ 1º - A companhia poderá emitir ações preferenciais sem guardar proporção com o número de ações ordinárias, não podendo aquelas exceder a 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

§ 2º - No limite do capital autorizado, o Conselho de Administração será competente para deliberar sobre a emissão de ações, as quais poderão resultar quer de capitalização de lucros ou reservas, quer de subscrição pública ou particular, devendo as ações emitidas ser, em qualquer caso, sem valor nominal.

§ 3º - Observado igualmente o limite do capital autorizado, a companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, emitir bônus de subscrição de ações do capital social, com ou sem direito de preferência para os antigos acionistas, e opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à companhia ou à sociedade sob seu controle, de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral. A deliberação sobre o bônus de subscrição estabelecerá: a) sua forma e as condições de alienação ou atribuição pela companhia, inclusive a eventual exclusão do direito de preferência nas hipóteses de colocação mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle; b) o número, a espécie, a classe e a forma das ações objeto da emissão; c) os critérios de determinação do preço de emissão das ações, o prazo para o exercício do direito e os demais requisitos legalmente fixados para a emissão do título.

§ 4º - As ações resultantes de subscrição, assim como as ações bonificadas resultantes da capitalização de lucros ou reservas estarão disponíveis aos respectivos titulares dentro do prazo de 60 (sessenta) dias da data da publicação, no Diário Oficial do Estado, da ata da reunião do Conselho de Administração que houver aprovado os aumentos de capital a que se referirem.

§ 5º - O valor do capital social autorizado será anualmente corrigido pela Assembleia Geral, com base nos mesmos índices adotados na correção do capital social.

Art. 11<sup>o</sup> - Na subscrição e integralização das ações serão observadas as seguintes condições: a) aos acionistas será assegurada a preferência para a subscrição do aumento de capital na proporção do número de ações que possuírem, devendo tal faculdade ser exercida dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que o Conselho de Administração avisar das condições de preferência mediante editais publicados de acordo com a Lei, observado o disposto no parágrafo primeiro deste artigo; b) as ações emitidas serão colocadas pelo preço estabelecido pelo Conselho de Administração, conforme o disposto no art. 170, § 1<sup>o</sup>, da Lei 6.404/76; c) a parcela de integralização inicial observará os percentuais fixados pelo Conselho de Administração, na forma da Lei; d) por ocasião de cada emissão de ações, o Conselho de Administração estabelecerá o prazo para integralização, que não poderá ser superior a 2 (dois) anos.

§ 1<sup>o</sup> - O direito de preferência assegurado na alínea (a) deste artigo será excluído nas hipóteses previstas em Lei.

§ 2<sup>o</sup> - A não realização, pelo acionista, nas condições previstas no Boletim de Subscrição, de qualquer prestação correspondente às ações subscritas, importará, de pleno direito, independentemente de aviso ou notificação, na constituição dele em mora, sujeitando-o ao pagamento do valor da prestação acrescido de correção monetária calculada de acordo com a variação do IGP-M, (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas) ou outro que o substitua, multa de 10% (dez por cento) e juros de 6% (seis por cento) ao ano sobre o total da dívida.

Art. 12<sup>o</sup> - Por deliberação do Conselho de Administração, a companhia poderá negociar com as próprias ações, inclusive mediante aquisição para cancelamento, permanência em tesouraria e alienação, nos termos da lei e dos regulamentos aplicáveis.

### **CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 13<sup>o</sup> - A administração da sociedade competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, na forma prevista neste Estatuto.

#### **Do Conselho de Administração - Composição e Substituição**

Art. 14<sup>o</sup> - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 3 (três) e no máximo, 10 (dez) membros e respectivos suplentes, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral pelo prazo de 3 (três) anos. À eleição de cada membro do Conselho de Administração corresponderá a do respectivo suplente.

§ 1<sup>o</sup> - Os membros do Conselho de Administração, em sua primeira reunião, escolherão o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho.

§ 2<sup>o</sup> - O Presidente do Conselho de Administração, quando de suas ausências ou impedimentos, será sempre substituído pelo Vice-Presidente, e este pelo Conselheiro mais idoso.

§ 3<sup>o</sup> - No caso de ausência ou impedimento temporário, os Conselheiros serão substituídos por seus respectivos suplentes, os quais participarão das reuniões do Conselho de Administração, com direito a voto. A Presidência do Conselho obedecerá sempre ao disposto no parágrafo 2<sup>o</sup>, mas tomará assento no Conselho o suplente do Conselheiro Presidente ou Vice-Presidente, conforme o caso.

§ 4<sup>o</sup> - Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, assumirá o suplente respectivo, que completará o mandato. Se este, porém, por qualquer motivo, vier a deixar o Conselho em caráter definitivo, o Conselho elegerá um acionista para a substituição, cujo mandato perdurará até a primeira Assembleia Geral a se realizar, que elegerá novo conselheiro e respectivo suplente, ressalvadas sempre as exceções legais decorrentes de eventual adoção do processo de voto múltiplo.

Art. 15<sup>o</sup> - O Conselho de Administração será convocado a se reunir pelo Presidente do Conselho ou por no mínimo 2 (dois) de seus membros, mediante carta, fax ou e-mail, observando-se prazo de convocação de pelo menos 10 (dez) dias. A convocação deverá ser acompanhada de Ordem do Dia com as matérias a serem discutidas.

### **Instalação - Deliberação e Funcionamento**

Art. 16<sup>o</sup> - O quórum de instalação e deliberação das reuniões do Conselho de Administração será de pelo menos 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 1<sup>o</sup> - As reuniões serão presididas pelo seu Presidente, que convidará um dos presentes para secretário.

§ 2<sup>o</sup> - As deliberações serão aprovadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto adicional de qualidade.

§ 3<sup>o</sup> - Das deliberações serão lavradas atas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

§ 4<sup>o</sup> - Ao Presidente do Conselho de Administração caberá transmitir à Diretoria e à Assembleia Geral, conforme o caso, as deliberações tomadas nas reuniões, sendo também à sua atenção endereçadas todas as comunicações dirigidas ao Conselho de Administração.

§ 5<sup>o</sup> - Os membros do Conselho de Administração reunir-se-ão ordinariamente ao final de cada semestre e, extraordinariamente, sempre que convocados.

§ 6<sup>o</sup> - Às reuniões do Conselho de Administração, desde que convocados por seu Presidente ou por no mínimo 2 (dois) conselheiros, deverão comparecer e poderão participar das discussões das matérias que tiverem motivado sua convocação, sem direito a voto, os membros da Diretoria.

### **Competência**

Art. 17<sup>o</sup> - Além dos poderes e atribuições que a lei lhe confere, o Conselho de Administração terá as seguintes: I - Deliberar sobre: a) a política de participação e de investimentos; b) os planos de desenvolvimento e de investimentos; c) os orçamentos operacionais e de investimentos; d) as diretrizes para nortear a participação dos representantes da sociedade nas reuniões e assembleias das empresas de que participe; e) a emissão e colocação de ações de seu capital social, bem como as condições de subscrição e integralização; f) a distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares; e g) a emissão de bônus de subscrição; h) a negociação da companhia com as próprias ações. II - Manifestar-se previamente sobre as seguintes matérias e operações, como condição de validade de sua realização perante terceiros: a) aquisição de participações societárias iguais ou superiores a 10% (dez por cento) do capital de sociedades não controladas, excluídos os casos em que tal aquisição dependa de deliberação da Assembleia Geral; b) alienação de participações nas sociedades controladas e/ou coligadas; c) alienação de bens imóveis. III - Orientar a Diretoria em questões por ela submetidas ao Conselho de Administração. IV- Examinar os

balanços mensais, semestrais ou anuais, assim como os planos financeiros. V - Indicar nomes que serão levados à consideração das respectivas assembleias das sociedades das quais participe, com vistas ao preenchimento de cargos em Conselho de Administração, Diretorias e Conselhos Fiscais. VI- Elaborar e votar o seu Regimento Interno.

### **Remuneração**

Art. 18<sup>o</sup> - Os membros do Conselho de Administração receberão uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

§ Único - Os suplentes de membros do Conselho de Administração serão remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular.

### **Da Diretoria - Composição e Substituição**

Art. 19<sup>o</sup> - A Diretoria será composta de até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo prazo de 3 (três) anos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente e até três Diretores sem designação especial.

§ 1<sup>o</sup> - No caso de ausência ou impedimento do Diretor Presidente, este será substituído pelo Diretor Superintendente. Os demais Diretores substituir-se-ão entre si, com respeito à mesma categoria.

§ 2<sup>o</sup> - No caso de vacância de algum cargo, o Conselho de Administração procederá o seu preenchimento.

### **Reuniões**

Art. 20<sup>o</sup> - A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, após as reuniões do Conselho de Administração e, extraordinariamente, sempre que convocada pelo Diretor Presidente, exigindo para sua instalação, a maioria de seus membros eleitos.

§ Único - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, sendo lavradas no Livro de Atas de Reuniões de Diretoria, atas das deliberações que devam produzir efeitos perante terceiros.

### **Competência**

Art. 21<sup>o</sup> - A Diretoria terá os poderes e as atribuições que a lei e este Estatuto lhe conferirem para assegurar o funcionamento regular da sociedade, podendo decidir da prática de todos os atos e realizações de todas as operações que se relacionarem com o objeto da sociedade e que não forem da competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, ou ainda que deste último não exigirem prévia manifestação.

§ Único - Observado o acima disposto, compete à Diretoria: a) a nomeação de procuradores *ad negotia* ou *ad judicia*; b) a alienação e a oneração de bens do ativo permanente e a prestação de garantias de qualquer natureza, inclusive em obrigações de terceiros, ressalvadas as hipóteses de prévia manifestação do Conselho; c) a subscrição de ações ou quotas de outras sociedades, observada, quando necessária, a prévia manifestação do Conselho de Administração; d) a representação da sociedade nas assembleias das empresas de que participe, bem como a implantação das diretrizes da Assembleia Geral e do Conselho de

Administração, quanto à indicação de administradores das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias; e) o controle e a análise do comportamento das sociedades controladas, coligadas e subsidiárias com vistas aos resultados esperados; f) o desenvolvimento de estudos sobre alternativas de investimentos e a coordenação de estudos de viabilidade de novos projetos e sua implantação; g) a elaboração e execução dos planos e da política de investimentos e desenvolvimento, bem como os respectivos orçamentos, observada a competência deliberativa do Conselho de Administração; h) o acompanhamento e execução dos orçamentos; i) a criação e o encerramento de filiais, escritórios e depósitos ou a nomeação e cancelamento de representantes; j) a movimentação de contas bancárias, emissão, aceite e endosso de notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer outros títulos de crédito relacionados com os negócios da sociedade; l) a representação da sociedade, na forma estatutária, em juízo ou fora dele, observadas as atribuições de Lei.

Art. 22º - Compete ao Diretor Presidente: a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e fiscalizar o cumprimento das deliberações gerais; b) representar a sociedade em juízo, ativa e passivamente, podendo delegar esta tarefa a qualquer um dos Diretores.

Art. 23º - Ao Diretor Superintendente e aos demais sem designação especial, competem as atribuições que lhes forem fixadas pelo Conselho de Administração.

### **Remuneração**

Art. 24º - Os Diretores receberão uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral.

### **Representação da Sociedade**

Art. 25º - A sociedade obrigar-se-á validamente: I- pela assinatura de quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto, em contratos, procurações *ad negotia* ou *ad judicia*, na movimentação de contas bancárias, assinaturas de cheques, ordens de pagamento, emissão, aceite e endosso de notas promissórias, letras de câmbio e títulos de crédito de interesse e relacionados com o objeto social, na compra, permuta, venda e oneração de bens móveis e imóveis, cessão de direitos e créditos, assinaturas de escrituras e documentos pertinentes; II- pela assinatura de um Diretor conjuntamente com um procurador, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; III- pela assinatura de 2 (dois) procuradores, em conjunto, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem; IV- pela assinatura de um Diretor ou um procurador, individualmente, quando assim for estabelecido no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem, ficando estabelecido, todavia, que a constituição de procuradores com poderes individuais, nas condições deste inciso IV, será limitada aos atos de representação da sociedade perante a Justiça do Trabalho, Previdência Social e sindicatos; órgãos da Secretaria da Receita Federal, repartições públicas e autarquias federais, estaduais ou municipais, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Banco Central do Brasil, bem como a assinatura de correspondência, inclusive a dirigida aos bancos e o endosso de duplicatas para desconto, caução ou cobrança, protesto de títulos e duplicatas, recebimentos e quitação de créditos da sociedade.

§ Único - As procurações *ad negotia* terão prazo determinado, não excedente a 1 (hum) ano. As procurações outorgadas a empregados extinguir-se-ão com o término da relação de trabalho ou do cargo do outorgado. Se porventura omissas quanto ao prazo de validade, as procurações *ad negotia* serão consideradas automaticamente expiradas ao final do exercício em que forem outorgadas.

## **CAPÍTULO IV**

### **Da Assembleia Geral**

Art. 26<sup>o</sup> - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão convocadas, instaladas e realizadas para os fins e na forma previstos em lei, tomando-se as deliberações com os quóruns legalmente previstos.

§ 1<sup>o</sup> - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente da sociedade, que convidará, dentre os acionistas, o secretário da mesa.

§ 2<sup>o</sup> - As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V**

### **Do Conselho Fiscal**

Art. 27<sup>o</sup> - A sociedade terá um Conselho Fiscal composto de 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, o qual entretanto somente será instalado, em Assembleia Geral, a pedido de acionistas que represente 0,1 (hum décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, elegendo-se os seus membros na mesma Assembleia Geral, com mandato até a primeira subsequente Assembleia Geral Ordinária.

§ Único - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

## **CAPÍTULO VI**

### **Do Exercício Social - Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro**

Art. 28<sup>o</sup> - O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano, data em que a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei.

§ Único - A Diretoria poderá levantar balanços trimestrais ou semestrais para fim de eventual distribuição de dividendos intermediários e/ou intercalares aos acionistas.

Art. 29<sup>o</sup> - O Conselho de Administração poderá autorizar a distribuição aos acionistas de dividendos intermediários e/ou intercalares, resultantes de lucros apurados em balanços regularmente levantados, observadas as condições legais.

Art. 30<sup>o</sup> - Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda, serão feitas as seguintes destinações: a) 5% (cinco por cento) para a reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; b) a importância necessária ao pagamento do dividendo estatutário mínimo; c) a importância não superior a 71,25% do lucro líquido para a constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de reforçar o capital de giro da Companhia, financiar sua expansão e permitir a busca por novas oportunidades de negócio, e d) o saldo, após essas destinações, terá o destino deliberado pela Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e do Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais aplicáveis.

§ Único - Para efeito da destinação prevista na alínea (b) deste artigo, serão agregados e somados aos dividendos intermediários e/ou intercalares porventura já distribuídos no exercício, devendo ser completados os dividendos caso a referida soma seja insuficiente para a cobertura da exigência estatutária mínima.

Art. 31<sup>o</sup> - Decairá do direito de receber o dividendo o acionista que não o reclamar à sociedade dentro do prazo de 3 (três) anos a contar da data em que o dividendo tenha sido posto à sua disposição.

§ Único - Os dividendos não reclamados no prazo previsto neste artigo reverterão em benefício da sociedade.

## **CAPÍTULO VII**

### **Do Cancelamento de Registro de Companhia Aberta**

Art. 32<sup>o</sup> - A Companhia, seus administradores e acionistas deverão observar o disposto no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários, incluindo as regras referentes à retirada e exclusão de negociação de valores mobiliários admitidos à negociação nos Mercados Organizados pela BM&FBovespa.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Da Dissolução e Liquidação**

Art. 33<sup>o</sup> - A sociedade será dissolvida e liquidada nos casos e na forma previstos em lei.

Guilherme Affonso Ferreira Filho  
Diretor de Relações com Investidores